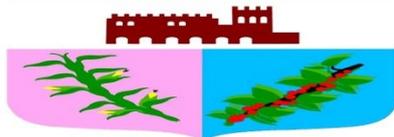


PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

MATRIZ DE RISCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

1 – INTRODUÇÃO

Os trabalhos desenvolvidos pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI tem a finalidade de acompanhar os atos de gestão em detrimento aos princípios que regem a administração pública. Os trabalhos têm direcionamentos definidos no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, elaborado dentro de um contexto que visa coordenar, direcionar e agir de forma preventiva para minimizar e/ou eliminar os erros e/ou falhas internas.

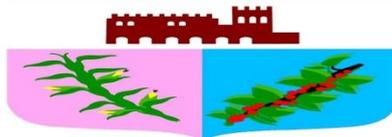
É política de atuação de Auditoria Interna do Sistema de Controle Interno do município de Conceição do Castelo agir preventivamente, procurando assessorar as diversas Unidades da Administração Pública no fortalecimento do controle interno, evitando, assim, a ocorrência de eventuais falhas, antes que elas produzam efeitos danosos ao erário e ao alcance dos objetivos, principalmente, em relação a execução das ações definidas nos instrumentos de planejamento da entidade (Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentária e o Plano Plurianual).

A elaboração deste documento é parte complementar ao PAAI e ao Manual Técnico de Auditoria Interna, sendo mais um instrumento que auxiliará na avaliação dos riscos da entidade. É um documento que sempre estará em aperfeiçoamento técnico e dinâmico, bem como é um item que no último levantamento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sobre o Sistema de Controle Interno, constou como ausente de implementação (TC 3367/2016 e TC 2311/2019), apesar de na prática algumas ações serem realizadas “empiricamente”.

Visa tornar o processo de escolha das Unidades Gestoras a serem auditadas mais técnico/científico e, portanto, provido do caráter da impessoalidade nas escolhas, fortalecendo os trabalhos com base em análises independentes da vontade pessoal e com critérios pré-estabelecidos.

2 – OBJETIVOS GERAIS

Pretende-se, com a elaboração da Matriz de Risco, obter um documento com o objetivo de subsidiar os trabalhos de auditoria da Unidade de forma mais científica. As metas da Unidade são anualmente estabelecidas no PAAI, e a partir desse exercício, com a indicação dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

riscos apontados e das demais atividades inerentes à Unidade, de forma a mitigar os principais riscos de negócio.

3 – FUNDAMENTAÇÃO

Através da Lei nº 1.524/2012 de 03 de janeiro de 2012 foi criado o Sistema de Controle Interno - SCI da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, nos termos do que dispõem os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 29, 70 e 76 da Constituição Estadual, artigos 53 e 54 da Lei Orgânica Municipal e em atendimento a Resolução nº 227 de 25 de agosto de 2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Manual Técnico de Auditoria Interna, aprovado pelo Decreto n. 2.988/2017, dispõe sobre a identificação e avaliação de riscos com as seguintes definições:

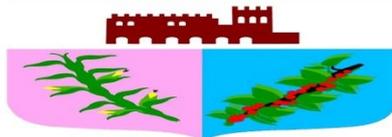
IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

“Risco pode ser entendido como uma medida de incerteza, inerente a todas as atividades humanas e relacionado aos nossos objetivos. Essas incertezas podem gerar eventos de impacto tanto negativo quanto positivo. Os eventos de impactos positivos são geralmente denominados oportunidades e podem contrabalançar os de impacto negativo ou influenciar favoravelmente a realização de objetivos, apoiando a criação ou a preservação de valores.

Aqueles de impactos negativos são considerados riscos propriamente ditos, com a possibilidade de impedir a criação de valores ou mesmo destruir valores existentes. É possível definir risco como potencial de perda para uma organização devido a erro, fraude, ineficiência, falta de aderência a requisitos legais ou ações que tragam descrédito à organização e que possam afetar negativamente o alcance de seus objetivos. Os riscos estão, portanto, associados à consecução dos objetivos da organização. Por isso, preliminarmente ao exame dos riscos, há que se identificar os objetivos da instituição, que devem estar alinhados com a missão institucional. Não alcançar os objetivos propostos é gerar descrédito à organização e não cumprir a missão institucional sinaliza para a sua falta de utilidade.

O risco é, portanto, a ameaça de que um novo evento ou ação (interno ou externo) que afete os objetivos e as estratégias estabelecidos.

A avaliação do risco em auditoria tem como uma de suas finalidades a de identificar, medir e priorizar os riscos a fim de se eleger as áreas auditáveis mais significativas. Nesse contexto, a avaliação do risco é utilizada para identificar as áreas mais importantes dentro do objeto da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

auditoria, permitindo ao auditor delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou testar os controles com maior profundidade ou mais minuciosamente.

No caso da auditoria interna, a avaliação de riscos pode determinar, por exemplo, que unidade ou processo avaliar, haja vista, o limitado número de horas de auditoria e de recursos disponíveis. Neste caso serão enfatizados unidades ou processos que apresentem maior risco.

Outro enfoque da aplicação do conceito de riscos está relacionado aos objetivos da instituição, pois conhecidos estes objetivos, a auditoria interna pode direcionar suas atividades para a mitigação dos riscos relacionados à consecução destes objetivos, procurando eliminá-los.

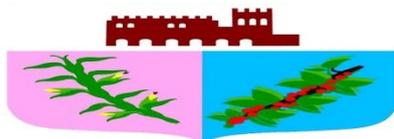
Cabe ressaltar que o desenvolvimento de um plano estratégico de auditoria, tanto externa quanto interna, usando a avaliação de risco como componente integrante, é um processo dinâmico. Os fatores de risco detectados e o processo de valoração desses fatores devem ser melhorados continuamente. A obtenção de informações atualizadas sobre as entidades no decorrer do trabalho de auditoria é subsídio para a reavaliação dos riscos.

Portanto, a avaliação de riscos em auditoria tem por finalidade auxiliar no planejamento das atividades e diminuir o risco de auditoria, representada pela possibilidade do auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada ou significativamente incorreta”.

4 – ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

O Sistema de Controle Interno do município de Conceição do Castelo, apesar de criado e implementado a partir de 2012, só teve um servidor efetivado no início de 2017. Dito isso e é importante frisar, que ainda é um sistema em aperfeiçoamento, e dentro das possibilidades e limitações avança e implementa instrumentos de controle na busca dos objetivos.

Na elaboração da matriz de risco serão consideradas as experiências adquiridas nesses últimos três anos, que apesar de não ter havido definida “propriamente” o instrumento “matriz de risco”, atuou de forma preventiva e constante para minimizar as possíveis falhas e desconformidades que poderiam gerar prejuízos ao erário, e, quando constatadas, agiu de forma a recomendar a reparação do atos ditos ilegais, antieconômicos e/ou incorretos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

O Tribunal de Contas da União elaborou o “referencial básico de gestão de riscos” (abril/2018) e é um excelente instrumento de auxílio para outros entes.

O ministro do TCU da época, Raimundo Carreiro, em sua apresentação disse que “é com satisfação que apresento o “Referencial Básico de Gestão de Riscos”, com o objetivo de prover orientações técnicas aos responsáveis pela governança e gestão das organizações públicas”. A “gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. É o processo que visa conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos”.

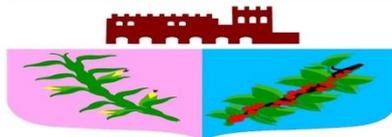
A matriz de risco, aparentemente, é um documento que em sua elaboração, exige conhecimentos técnicos/específicos e apresenta níveis de alta complexibilidade em sua formulação. Dos mais variados modelos e normas existentes de gestão de risco, pode-se citar como exemplo: Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada - COSO II (resposta a risco), e a NBR ISO 31000:2009 (tratamento de riscos).

4.1 – Identificação e Avaliação dos Riscos

A identificação e avaliação dos riscos devem ser apurados em consonância com os aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade e criticidade pretérita (falhas, erros e/ou outras deficiência anteriores), bem como das recomendações dos órgãos do Sistema de Controle Externo pendentes de implementações, quando existentes. Para melhor compreensão do objeto podemos definir os referidos aspectos como sendo:

Materialidade: compõe-se de fatores que procuram evidenciar a representatividade dos valores sujeitos a riscos, em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição dos gestores e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos, isto é, dos ativos públicos colocados sob a gestão dos responsáveis pela Unidade.

Relevância: compõe-se por fatores que procuram evidenciar a importância estratégica da Unidade em função de suas atribuições, do impacto de suas atividades no órgão, e da essencialidade do serviço prestado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Vulnerabilidade e Criticidade: representa a composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes. É condição imprópria por ilegalidade, ineficácia ou por ineficiência de uma situação gerencial. Compõe-se por fatores que procuram identificar pontos críticos em relação ao alcance da missão e dos objetivos da Unidade, ao seu desempenho, à informação e comunicação, à conformidade dos atos de sua gestão e a proteção de seus ativos.

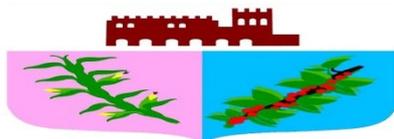
Na avaliação do risco em auditoria as ações visam cobrir as áreas em que os riscos são considerados os mais elevados, permitindo, no entanto, uma cobertura equilibrada e contínua do âmbito da ação de controle, com o objetivo de reduzir o risco a um nível aceitavelmente baixo, assim a análise do risco de auditoria é um processo que acompanha o auditor ou a equipe ao longo de todo o trabalho, devendo este ser conduzido, não no sentido da sua eliminação, mas sim no sentido de reduzir a níveis aceitáveis. O conceito de risco de auditoria deve completar os efeitos conjugados dos diversos fatores que afetam, de forma direta e significativa, a qualidade da informação em apreço, bem como outras contingências e incertezas que resultem da impossibilidade de reconstituição integral de todas as operações a controlar.

4.2 – Análise, Hierarquização e Seleção dos Riscos

A partir dos aspectos que compõem a avaliação dos riscos é necessário estabelecer os padrões e/ou critérios de análise, hierarquização e seleção dos riscos.

4.2.1 - A análise do Risco

Nessa fase serão identificados os pontos fortes e os pontos fracos da Unidade, estabelecendo como metodologia a utilização de questionário padrão, que representará o "Diagnóstico Situacional da Matriz de Risco", onde se avaliará os componentes do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), contendo o levantamento de informação que compreende desde a análise do ambiente de trabalho até a avaliação e gerenciamento de risco e da atividade de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

4.2.2 - Hierarquização do Risco

A hierarquização é a sistematização e ponderação das informações analisadas e avaliadas nas fases anteriores. Ou seja, é uma "valorização" das informações. Essa ponderação será realizada com a atribuição de valores aos quesitos/situações encontradas, de modo a se estabelecer uma hierarquia de prioridades com base no risco detectado (alto, médio ou baixo). Os auditores com base em suas experiências, e conhecimento histórico das Unidades devem criar uma matriz onde se possa tratar (transformar) informações subjetivas, qualitativas, em dados quantificáveis de forma a possibilitar a hierarquização das Unidades/Setores mais relevantes e que enfrentam maiores riscos.

Em cada critério "Risco" e "Relevância" os auditores internos devem avaliar também a probabilidade de informações coletadas que não tenham referências com aquela informação, mas que possam impactar a Unidade/Setor naquele exercício.

4.2.2.1 – Atribuições de Valores

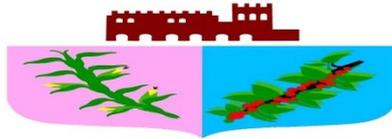
Com base na definição das áreas e/ou Unidades auditadas deve ser estabelecido o nível de prioridade, atribuindo valores em detrimento aos fatores de significância, materialidade e vulnerabilidade. Serão atribuídos valores entre 1 a 3 para classificar cada fator: pouco relevante (1); relevância moderada (2) e relevante (3), onde o resultado do somatório final de fatores ensejará a classificação da hierarquização de risco, sendo: entre 1 e 10 (baixo); entre 11 e 20 (médio) e entre 21 e 30 (alto).

4.2.3 – Seleção do Risco

A seleção será realizada com base na hierarquização, onde ocorrerá a seleção das Unidades/Setores que serão objeto de auditorias/fiscalizações.

5 – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Com base nos conceitos apresentados e em detrimento aos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela UCCI nos últimos três anos, realizou-se um levantamento dos principais pontos de controles auferidos com a finalidade de subsidiar na elaboração da Matriz de Risco da Unidade. A partir desse levantamento será possível em razão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

da materialidade, relevância, vulnerabilidade e criticidade, identificar os pontos a serem alvos de procedimentos considerando o ambiente de controle, a avaliação e gerenciamento de riscos e a atividade de controle existentes.

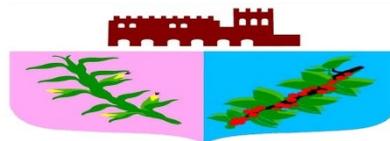
5. 1 – Auditorias Realizadas, Achados e Recomendações

Esse levantamento consiste averiguar quais Unidades e objetos já foram alvos de auditorias pela UCCI. Verificar se houve algum achado considerado como “crítico” e se emitida alguma recomendação, foi ou não atendida. Caso constatado algum atendimento parcial de recomendação, será considerado como não atendido para efeito de levantamento de pontos críticos e/ou áreas prioritárias. A tabela 1 demonstrará o resultado desse levantamento indicando os de níveis alto e baixo de prioridade.



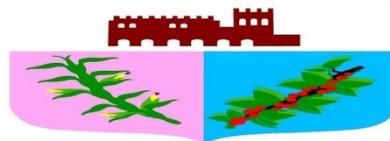
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Auditoria	Unidade	Objeto	Achados		Recomendação		Atendimento	
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
01/2017	Secretaria de Finanças	Identificar o montante dos débitos inscritos em dívida ativa tributária e não tributária e identificar se existe previsão de aumento de arrecadação tributária para o exercício de 2017.	X		X		X	
02/2017	Recursos Humanos	Identificar se existe contratação temporária de pessoal a partir de 01.01.2017 e identificar a legalidade de cada ato.	X		X			X
03/2017	Secretaria de Administração e Outras	Identificar se existe controle de diária de todos os veículos e motocicletas de cada secretaria, bem como controle de combustível. Identificar a localização de todos os veículos e motocicletas por secretaria.	X		X			X
04/2017	Secretaria de Administração	Identificar se existe em funcionamento sistema de protocolo integrado entre todas as secretarias da Prefeitura e sistema de tecnologia da informação (T.I) seguro.	X		X		X	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Auditoria	Unidade	Objeto	Achados		Recomendação		Atendimento	
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
05/2017	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Identificar o tipo de controle e critérios utilizados para o atendimento ao produtor rural de Conceição do Castelo através do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.	X		X		X	
06/2017	Setor de Planejamento	Identificar o quantitativo de todas as obras em andamento; a situação de cada obra; o valor global dos aditivo; o prazo de vigência dos contratos; as empresas contratadas e a fonte de recurso de cada obra com a finalidade de verificar a empregabilidade dos recursos públicos e mensurar os resultados oferecidos a população com o investimento.	X		X		X	
07/2017	Prefeitura e Fundos	Identificar a origem, valor e o responsável pela execução da despesa ocorrida no exercício de 2017, na Prefeitura e Fundos, em relação aos pagamentos efetuados por indenização.	X		X			X

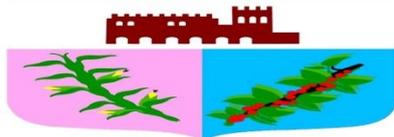


PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Auditoria	Unidade	Objeto	Achados		Recomendação		Atendimento	
			Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
01/2018	Prefeitura e Fundos	Gestão de Recursos Humanos	X		X			X
02/2018	Prefeitura e Fundos	Gestão Financeira	X		X		X	
03/2018	Prefeitura e Fundos	Gestão Patrimonial	X		X			X
04/2018	Prefeitura e Fundos	Controle de Gestão	X		X			X
05/2018	Prefeitura e Fundos	Gestão do Suprimento de Bens e Serviços	X		X			X
06/2018	Prefeitura e Fundos	Outras Ações Multissetoriais	X		X		X	
01/2019	Prefeitura e Fundos	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	X		X			X
02/2019	Prefeitura e Fundos	Processos Licitatórios e Pregão Presencial	X		X		X	
03/2019	Prefeitura	Estágio da despesa pública (Empenho, Pagamento e Liquidação)	X		X			X
04/2019	Fundo Municipal de Saúde e de Assistência Social	Estágio da despesa pública (Empenho, Pagamento e Liquidação)	X		X			X
ESPECIAL 01/2019	Prefeitura	Pagamento de transporte escolar por indenização ref. ao ano de 2013	X		X		X	

Tabela 1

	Risco Baixo		Risco Alto
--	-------------	--	------------



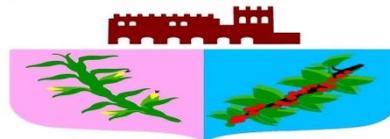
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

5.1.1 – Identificação e Análise dos Principais Pontos Críticos

Em detrimento ao levantamento realizado e apresentado no item 5.1 será possível definir quais áreas serão prioritárias na elaboração da Matriz de Risco. A partir desse levantamento foi constatada que das 18 auditorias instauradas nos últimos três anos (2017, 2018 e 2019), 08 tiveram suas recomendações atendidas e 10 foram totalmente ou parcialmente não atendidas. Dessas, devem ser prioritárias, as de natureza de despesa pública, as quais envolvem diretamente recursos públicos e as que conseqüentemente não tiveram as recomendações atendidas. Faz parte deste rol para o próximo exercício (2020), a análise de todos os processos em detrimento as etapas da despesa pública (empenho, pagamento e liquidação); os processos de licitação e pregão presencial e/ou eletrônico e os de dispensa e inexigibilidade de licitação. Constatado nesse levantamento que as recomendações para abertura de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, para apurar as responsabilidades, apesar das recomendações, não estão sendo atendidas, principalmente, no que se refere aos pagamentos por via indenizatória, mesmo com as reiteraões da Unidade. Em razão deste achado, paralela à análise dos processos, na etapa de pagamento, deve ser dado prioridade para os pagamentos por indenização. Em outro ângulo, tão prioritário quanto aos apresentados, temos o enfoque a ser direcionado para as despesas de pessoal (folha de pagamento) e os atos de controle de frotas, patrimônio e almoxarifado. Para acompanhamento das recomendações expedidas, a UCCI, estabelecerá prazos de respostas monitorados periodicamente até seu atendimento, e, em caso de negativa, utilizar-se dos amparos legais e das responsabilidades inerentes a UCCI.

6 – CONSIDERAÇÃO FINAL

Com base nas definições e nos aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade e criticidade, a UCCI, após consideráveis levantamentos e evidências, classificadas como relevantes nos últimos anos de efetiva atuação da UCCI, conclui-se que deve ser alvo de auditorias as Unidades/Setores da Prefeitura e Fundos, utilizando-se dos anexos I, II e III, partes integrantes deste documento, para subsidiar na hierarquização das áreas prioritárias da Matriz de Risco. A Matriz de Risco será revisada/atualizada anualmente juntamente com a elaboração do PAAI.



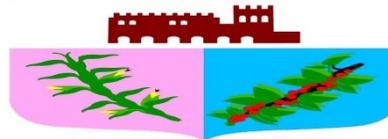
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

ANEXO I

Matriz de Risco – Modelo de Questionário Padrão

1. Ambiente de Controle					
Atividade	Sim	Não	Critério de Seleção da Atividade (materialidade, relevância, desempenho, criticidade)	Natureza do Risco (operacional, de informação ou de conformidade)	Impacto (baixo, Médio, alto)
As pessoas se sentem controladas?					
As delegações de autoridade estão acompanhadas de claras definições de responsabilidade?					
Existem procedimentos e/ou instruções de trabalho padronizados?					
Há planejamento para o treinamento?					

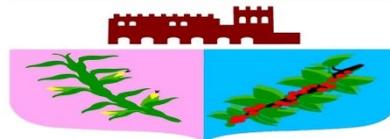
2. Avaliação e Gerenciamento de Riscos					
Atividade	Sim	Não	Critério de Seleção da Atividade (materialidade, relevância, desempenho, criticidade)	Natureza do Risco (operacional, de informação ou de conformidade)	Impacto (baixo, Médio, alto)
Os objetivos e metas da organização se encontram formalizados?					
Foram identificados os processos mais críticos?					
Foram levantados e diagnosticados os pontos de falha dos processos?					
Foram estimadas as probabilidades de ocorrência e/ou impactos dos riscos?					



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

ANEXO I

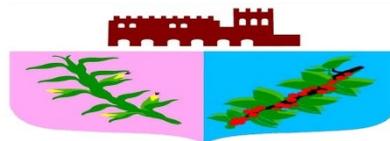
3. Atividades de Controle					
Atividade	Sim	Não	Critério de Seleção da Atividade (materialidade, relevância, desempenho, criticidade)	Natureza do Risco (operacional, de informação ou de conformidade)	Impacto (baixo, Médio, alto)
Existem normas internas de procedimentos/processos de trabalho explicitamente definidos?					
Essas normas são de conhecimento dos servidores?					
As funções/atividades estão adequadamente segregadas nas unidades?					
As delegações de autoridade estão acompanhadas de claras definições de responsabilidade?					



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

ANEXO II

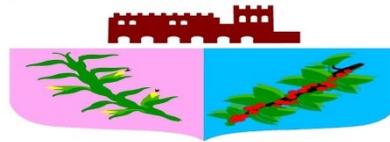
MODELO DE MATRIZ DE RISCO – Unidades												
Fatores de Risco												
Unidades	Significância			Materialidade			Vulnerabilidade				Nota Final	Hierarquização do Risco
	Peso	Ações	Impacto	Essencialidade	Orçamento	Finanças	Patrimônio	Missão	Desempenho	Informação		
Contabilidade Geral (Empenho, Liquidação e Pagamento)												
Licitação												
Patrimônio Almojarifado												
Pregão Presencial e/ou Eletrônico												
Recursos Humanos												
Setor de Transportes (controle de frotas)												
Tributação e Arrecadação												
<p>SIGNIFICÂNCIA ESTRATÉGICA OU RELEVÂNCIA: Compõe-se por fatores que procuram evidenciar a importância estratégica da Unidade em função da sua participação em ações prioritárias de governo, do impacto de suas atividades na comunidade em que se insere, da essencialidade do serviço prestado e do relacionamento com o cidadão. Deve-se capturar as dimensões da importância social ou econômica das ações desenvolvidas pela Unidade, tanto para a administração pública como para a sociedade em razão das funções, programas, projetos e atividades sob responsabilidade de seus gestores, assim como dos bens que produzem e dos serviços que prestam à população.</p>												
<p>MATERIALIDADE: Compõe-se fatores que procuram evidenciar a representatividade dos valores sujeitos a riscos, em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição dos gestores e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos, isto é, dos ativos públicos colocados sob a gestão dos responsáveis pela Unidade.</p>												
<p>VULNERABILIDADE OU CRITICIDADE: Compõe-se por fatores que procuram identificar pontos críticos em relação ao alcance da missão e dos objetivos da Unidade, ao seu desempenho, à informação e comunicação, à conformidade dos atos de sua gestão e à proteção de seus ativos.</p>												



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

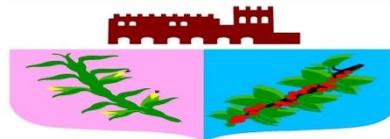
ANEXO III

MODELO DE MATRIZ DE RISCO – Tipo de Despesa												
Fatores de Risco												
Área/Unidade	Significância			Materialidade			Vulnerabilidade				Nota Final	Hierarquização do Risco
	Peso	Ações	Impacto	Essencialidade	Orçamento	Finanças	Patrimônio	Missão	Desempenho	Informação		
Convênios												
Dispensa de Licitação												
Dívida Pública												
Folha de Pagamento												
Gasto com Educação												
Gasto com Saúde												
Indenizações												
Inexigibilidade de Licitação												
Termo de Colaboração e Cooperação Financeira												
<p>SIGNIFICÂNCIA ESTRATÉGICA OU RELEVÂNCIA: Compõe-se por fatores que procuram evidenciar a importância estratégica da Unidade em função da sua participação em ações prioritárias de governo, do impacto de suas atividades na comunidade em que se insere, da essencialidade do serviço prestado e do relacionamento com o cidadão. Deve-se capturar as dimensões da importância social ou econômica das ações desenvolvidas pela Unidade, tanto para a administração pública como para a sociedade em razão das funções, programas, projetos e atividades sob responsabilidade de seus gestores, assim como dos bens que produzem e dos serviços que prestam à população.</p> <p>MATERIALIDADE: Compõe-se fatores que procuram evidenciar a representatividade dos valores sujeitos a riscos, em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição dos gestores e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos, isto é, dos ativos públicos colocados sob a gestão dos responsáveis pela Unidade.</p> <p>VULNERABILIDADE OU CRITICIDADE: Compõe-se por fatores que procuram identificar pontos críticos em relação ao alcance da missão e dos objetivos da Unidade, ao seu desempenho, à informação e comunicação, à conformidade dos atos de sua gestão e à proteção de seus ativos.</p>												



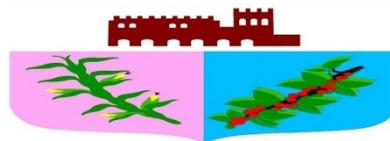
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

PREENCHIMENTO DA MATRIZ DE RISCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
ANEXO II

MODELO DE MATRIZ DE RISCO – Unidades													
Fatores de Risco													
Unidades	Significância			Materialidade			Vulnerabilidade				Nota Final	Hierarquização do Risco	
	Peso	Ações	Impacto	Essencialidade	Orçamento	Finanças	Patrimônio	Missão	Desempenho	Informação			Conformidade
Contabilidade Geral (Empenho, Liquidação e Pagamento)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	1
Licitação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	2
Pregão Presencial e/ou Eletrônico	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	3
Recursos Humanos	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	27	4
Setor de Transportes (controle de frotas)	2	3	3	2	2	2	3	3	3	3	3	26	5
Patrimônio e Almojarifado	2	3	2	3	3	3	2	2	2	2	2	24	6
Tributação e Arrecadação	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	23	7
<p>SIGNIFICÂNCIA ESTRATÉGICA OU RELEVÂNCIA: Compõe-se por fatores que procuram evidenciar a importância estratégica da Unidade em função da sua participação em ações prioritárias de governo, do impacto de suas atividades na comunidade em que se insere, da essencialidade do serviço prestado e do relacionamento com o cidadão. Deve-se capturar as dimensões da importância social ou econômica das ações desenvolvidas pela Unidade, tanto para a administração pública como para a sociedade em razão das funções, programas, projetos e atividades sob responsabilidade de seus gestores, assim como dos bens que produzem e dos serviços que prestam à população.</p>													
<p>MATERIALIDADE: Compõe-se por fatores que procuram evidenciar a representatividade dos valores sujeitos a riscos, em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição dos gestores e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos, isto é, dos ativos públicos colocados sob a gestão dos responsáveis pela Unidade.</p>													
<p>VULNERABILIDADE OU CRITICIDADE: Compõe-se por fatores que procuram identificar pontos críticos em relação ao alcance da missão e dos objetivos da Unidade, ao seu desempenho, à informação e comunicação, à conformidade dos atos de sua gestão e à proteção de seus ativos.</p>													



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
ANEXO III

MODELO DE MATRIZ DE RISCO – Tipo de Despesa													
Fatores de Risco													
Área/Unidade	Significância			Materialidade			Vulnerabilidade				Nota Final	Hierarquização do Risco	
	Peso	Ações	Impacto	Essencialidade	Orçamento	Finanças	Patrimônio	Missão	Desempenho	Informação			Conformidade
Dispensa de Licitação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	1
Folha de Pagamento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	2
Indenizações	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	3
Inexigibilidade de Licitação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	4
Convênios	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	26	5
Termo de Colaboração e Cooperação Financeira	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	26	6
Gasto com Educação	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	23	7
Gasto com Saúde	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	23	8
Dívida Pública	3	3	3	1	1	1	2	2	2	2	2	20	9
<p>SIGNIFICÂNCIA ESTRATÉGICA OU RELEVÂNCIA: Compõe-se por fatores que procuram evidenciar a importância estratégica da Unidade em função da sua participação em ações prioritárias de governo, do impacto de suas atividades na comunidade em que se insere, da essencialidade do serviço prestado e do relacionamento com o cidadão. Deve-se capturar as dimensões da importância social ou econômica das ações desenvolvidas pela Unidade, tanto para a administração pública como para a sociedade em razão das funções, programas, projetos e atividades sob responsabilidade de seus gestores, assim como dos bens que produzem e dos serviços que prestam à população.</p> <p>MATERIALIDADE: Compõe-se por fatores que procuram evidenciar a representatividade dos valores sujeitos a riscos, em termos orçamentários, financeiros e patrimoniais colocados à disposição dos gestores e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos, isto é, dos ativos públicos colocados sob a gestão dos responsáveis pela Unidade.</p> <p>VULNERABILIDADE OU CRITICIDADE: Compõe-se por fatores que procuram identificar pontos críticos em relação ao alcance da missão e dos objetivos da Unidade, ao seu desempenho, à informação e comunicação, à conformidade dos atos de sua gestão e à proteção de seus ativos.</p>													